



## MARIA, TIPO DA IGREJA, MODELO NA ORDEM DA FÉ E DA CARIDADE E NOSSA MÃE

Elílio de Faria Matos JÚNIOR\*

### RESUMO

O artigo analisa Maria a partir do capítulo VIII da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Propõe, inicialmente, apresentar os debates a respeito do lugar de Maria no mistério cristão, apresentando as posições dos padres conciliares e as conclusões geradas pelos debates em torno do tema. Num segundo momento, destaca a fé e a caridade em Maria, ressaltando a renúncia dela mesma para entregar-se a Deus através do seu Filho, destacando-a como tipo exemplar de fé. Para esta análise recorre a Sagrada Escritura, especialmente os escritos de São Lucas evangelista e as cartas de São Paulo. Finaliza o artigo com o subtítulo 'Maria é mãe na ordem da graça', momento em que analisa Maria como cooperadora de Deus em benefício de toda a humanidade, sendo o seu culto um caminho de adesão mais firme a Cristo e a Deus. Conclui que o Concílio Vaticano, ao associar Maria de modo singular à obra de seu Filho e dizer sim ao projeto de Deus, abriu uma perspectiva nova e, ao mesmo tempo, antiga sobre suas considerações de Maria no mistério cristão.

Palavras-Chave: Maria. Fé e caridade. *Lumen Gentium*. Mistério Cristão.

### 1 INTRODUÇÃO

Este texto pretende desenvolver algumas reflexões sobre o mistério de Maria no conjunto do mistério cristão a partir do capítulo VIII da **Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja**, do Concílio Vaticano II.

---

\* Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Docente do Curso de Filosofia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

As reflexões giram em torno do papel de Maria como tipo, figura ou exemplar da Igreja, papel cujo fundamento se radica na fé e na caridade da Virgem como resposta à iniciativa divina, o que faz dela colaboradora singular da obra salvífica de Deus e, nessa medida, mãe dos discípulos de Jesus e da humanidade.

## 2 MARIA, FIGURA DA IGREJA

É sabido que entre os Padres do Concílio havia fundamentalmente duas tendências a respeito do lugar de Maria no mistério cristão. Havia a tendência **crístotípica** e a tendência **eclesiotípica**. A primeira via em Maria a **figura** de Cristo; a segunda, por sua vez, via nela a **figura** ou o **tipo** da Igreja. Se Maria é figura de Cristo, a sua relação da Igreja é definida em termos de superioridade. Cristo é Cabeça da Igreja. Maria, como figura de Cristo, estaria, de algum modo, sobre a Igreja. Se, ao contrário, Maria é figura da Igreja, ela está inserida no conjunto dos membros de Cristo, certamente, é claro, como o membro mais excelente do Corpo.

Muitos Padres gostariam que houvesse um documento à parte sobre Maria. Entretanto, por uma maioria apertada de 17 votos, sobrepôs-se a vontade de incluir o texto conciliar sobre Maria na constituição sobre a Igreja. Esse fato, por si só, já é uma mensagem: se o tratamento sobre o mistério de Maria não se separa do tratamento sobre o mistério da Igreja, isso mostra que o concílio quer transmitir a mensagem fundamental de que Maria deve ser entendida a partir da Igreja.

No período pré-conciliar a mariologia se tinha desenvolvido muito. Entretanto, dava-se a entender, não raro, que Maria ocupava um lugar acima da Igreja, pois era vista à luz de Cristo, e a cada prerrogativa de Cristo fazia-se corresponder uma prerrogativa de Maria, como nota Antônio José de Almeida:

Procurava-se afirmar da Mãe tudo aquilo que se afirmava do Filho. Jesus é o Filho de Deus; Maria é a Mãe do Filho de Deus, portanto, Mãe de Deus. O Filho é santo e inocente; Maria é santíssima e imaculada (desde a concepção). O Filho é redentor e mediador; a Mãe é corredentora e medianeira de todas as graças. O Filho ressuscitou e subiu ao céu; a Mãe, no término de suas existência terrena, foi assumta ao céu m corpo e alma [...] O Filho é rei do universo; a Mãe é rainha [...] (ALMEIDA, 2005, p. 183).

Nos debates conciliares o Cardeal Rufino Santos, de um lado, e o Cardeal Franz König, de outro, representaram a tendência crístotípica e a eclesiotípica, respectivamente. Enquanto o Cardeal Santos reivindicava a precedência de Maria em relação à Igreja e ligava o mistério de Maria ao mistério da Trindade, o Cardeal

König defendia que era preciso considerar o mistério da Mãe de Cristo a partir do mistério da Igreja, para que se evitasse a falsa impressão de que a Igreja católica supervalorizasse a mariologia, colocando a criatura escolhida para ser a mãe de Jesus numa posição intermediária entre Deus e os seres humanos (ALMEIDA, 2005).

Observe-se o texto:

Por isso, o sagrado Concílio, ao expor a doutrina acerca da Igreja, na qual o divino Redentor realiza a salvação, pretende esclarecer cuidadosamente não só o papel da Virgem Santíssima no mistério do Verbo encarnado e do Corpo místico, mas também os deveres dos homens resgatados para com a Mãe de Deus, Mãe de Cristo e Mãe dos homens, sobretudo dos fiéis (LG 54).

Aqui o concílio, embora procure satisfazer à minoria, que não era tão minoria assim, ao relacionar Maria ao mistério de Cristo “pretende esclarecer cuidadosamente o papel da Virgem Santíssima **no mistério do Verbo encarnado**”, não deixa de enunciar a sua intenção de “esclarecer o *papel* da Virgem Santíssima no mistério **do Corpo místico**”. A novidade da perspectiva em relação ao modo de produzir mariologia era notória: o texto mostra que o concílio se concentra sobre o **papel** de Maria, não tanto sobre a sua **dignidade**, como era usual fazer, e explicita que tal papel tem relação com o mistério da Igreja. É certo que os Padres não quiseram resolver questões que são objeto de livre disputa, mas o fato de relacionar Maria com o mistério da Igreja já de si permite um novo olhar sobre Maria.

Se podemos e devemos dizer que a Igreja é a comunhão da humanidade redimida sob a cabeça que é Cristo, Maria integra essa comunhão na medida em que foi redimida, ainda que de modo mais sublime.<sup>1</sup>

Maria está, assim, no mistério cristão, do lado das criaturas que necessitaram de ser redimidas pela graça de Cristo. A sua condição original a liga à humanidade necessitada do Redentor. A sua ligação com Cristo existe, mas não faz parte de sua condição original; é obra da graça, que a elegeu para desempenhar o papel singular de mãe do Verbo encarnado segundo a humanidade. A posição original de Maria, pois, é a de quem necessita da redenção, não a de quem confere a redenção. Uma

---

<sup>1</sup> “Remida dum modo mais sublime, em atenção aos méritos de seu Filho, e unida a Ele por um vínculo estreito e indissolúvel, foi enriquecida com a excelsa missão e dignidade de Mãe de Deus Filho; é, por isso, filha predileta do Pai e templo do Espírito Santo, e, por este insigne dom da graça, leva vantagem á todas as demais criaturas do céu e da terra. Está, porém, associada, na descendência de Adão, a todos os homens necessitados de salvação [...]” (LG 53).

mariologia que ressalta o caráter de necessidade de salvação comum a Maria e a todo o gênero humano é, assim, eu diria, uma **mariologia de baixo**, em plena conformidade com os dados da Escritura e da teologia patrística.

Entretanto, uma vez que a graça a redimiu de um modo mais sublime – e aqui entra o dogma da Imaculada Conceição -, Maria tornou-se “membro eminente e inteiramente singular da Igreja, seu tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade” (LG 61). Maria está dentro da Igreja como seu membro, mas não como qualquer membro. A graça que lhe foi dispensada foi tão singular que a fez membro singular da Igreja. Nesse sentido, Maria foi elevada como nenhum outro membro da Igreja, mas tal elevação não rompe a pertença da Virgem à Igreja; antes, estende a dimensão da Igreja até às alturas da mulher que Deus escolheu, redimiu, elevou e colocou como tipo ou exemplar para a própria Igreja, isto é, para os demais membros do Corpo místico. O concílio, como se viu, diz que Maria é da Igreja o “tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade”. Maria é a figura da Igreja, porque nela a Igreja é, desde já, sem que ainda precisemos esperar a consumação do plano de Deus, a esposa sem mancha nem ruga de que fala São Paulo (Ef 5,27).

Trata-se agora de refletir sobre a ordem da fé e a ordem da caridade, que constituem o fundamento da posição singular de Maria na Igreja de seu Filho.

### 3 FÉ E CARIDADE

A fé tem duas dimensões. Fé é a atitude da pessoa pela qual ela se entrega a Deus na confiança e na inteira submissão à sua vontade (*fides quacreditur*) e a aceitação, pelo reconhecimento da autoridade divina, do conteúdo inteligível (ainda que envolto no mistério) que a Palavra de Deus comunica (*fides quae creditur*). A disponibilidade de Maria a Deus foi total. Não só no mistério da encarnação, mas também na vida pública de seu Filho e no mistério pascal.

Preste-se atenção a estas palavras do concílio:

Enriquecida, desde o primeiro instante da sua concepção, com os esplendores duma santidade singular, a Virgem de Nazaré é saudada pelo Anjo, da parte de Deus, como «cheia de graça» (cf. Lc 1,28); e responde ao mensageiro celeste: «eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra» (Lc 1,38). Deste modo, Maria, filha de Adão, dando o seu consentimento à palavra divina, tornou-se Mãe de Jesus e, não retida por qualquer pecado, abraçou de todo o coração o desígnio salvador de Deus,

consagrou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e à obra de seu Filho, subordinada a Ele e juntamente com Ele, servindo pela graça de Deus onipotente o mistério da Redenção (LG 56).

É convicção de fé da Igreja que Maria “abraçou de todo o coração o desígnio salvador de Deus”. Isso exigiu dela, evidentemente, a fé pela qual se colocou totalmente nas mãos de Deus e aceitou tudo aquilo que Deus lhe comunicava e que era objeto de sua diuturna meditação (Lc 2,51). A fé de Maria foi dinâmica na medida em que não lhe colocava numa zona de conforto fácil, mas era também causa de inquietação. Maria não compreendia tudo que lhe sucedia (Lc 2,50), mas se esforçava certamente para atingir uma certa inteligência do mistério que envolvia a sua vida.

Hans Urs von Balthasar salienta que, a um certo ponto da vida, Maria, que ensinara a Jesus tantas coisas, **deveu submeter-se ao próprio Filho** e procurar aprender dele o sentido profundo da missão do Redentor e o seu próprio papel em relação à missão do Filho, o que não se fez sem grandes renúncias:

Foi a mãe, antes de todos, a formar seu filho, introduzindo-o no conhecimento do Antigo Testamento, na missão messiânica que lhe dizia respeito. Todavia, não foi ela, mas o conhecimento do mandado do Pai que o próprio filho alcançou no Espírito que lhe revelou a identidade e indicou-lhe o que devia fazer. A relação agora se transforma totalmente: para o futuro, será o filho a educar a mãe na grandeza da missão que Deus confiava a ela, de modo que ela se torne madura para permanecer sob a cruz e para receber, depois, junto com a Igreja em prece, o Espírito Santo destinado a todos (VON BALTHASAR, 2015, p. 30).

A fé de Maria foi tão pura que ela deixou-se moldar por Deus e por seu Filho numa dinâmica constante de busca e encontro da vontade divina. Ela deveu acompanhar seu Filho numa via que não era certamente plana nem totalmente clara. Maria teve de renunciar a si mesma. Mas é exatamente isto o que a fé provoca: um desinstalar-se de si mesmo para entregar-se a um outro. Nesse sentido, a fé é essencialmente dinâmica. A fé, na verdade, coloca-nos numa situação de dependência. Decidir já não é uma questão só minha, mas minha e de Deus, minha na medida em que estou em relação com Deus. Nesse sentido, a fé não é cômoda. A vida na fé requer uma atenção contínua à voz do outro que, pela fé, fala em mim. Fé é matrimônio, é vida de relação, é não pertencer somente a si mesmo. Por isso, fé é renúncia e sofrimento. E é também, certamente, a alegria da convivência. Ao dizer que

Maria é tipo ou exemplar na ordem da fé, os Padres quiseram ressaltar a fé puríssima da Virgem, que, sobretudo a partir da assim chamada vida pública de Jesus e, de modo singularíssimo, sob a cruz do seu Filho, teve de renunciar a si mesma e entregar-se a Deus através do seu Filho. Maria, que recebera a graça especial de ser redimida de modo mais sublime, o que a preservou do pecado, entrega-se sem reservas ao plano de Deus no regime claro-escuro que é próprio da fé.

A ordem da fé não está separada da ordem da caridade. A fé alcança a própria perfeição na medida em que se faz caridade. São Paulo ensina, com efeito, que, na nossa vida em Cristo, o que vale é a fé que opera pelo amor (Gl 5, 6). A auto-entrega de Maria na fé é um ato de amor/caridade. Se a caridade é um dar-se a si mesmo ao outro, Maria é exemplar nesse quesito. Sabe-se que tudo o que temos, recebemo-lo de Deus. Deus é o amor que cria. Deus, de alguma maneira, dá-se a si mesmo ao criar. Todavia, ao criar-nos, Deus também nos dá certa autonomia, de modo que nós, seres livres, podemos dar, por nossa vez, algo de nosso a Deus, podemos dar-nos a ele. A caridade é esse dar do que é meu ao outro. Maria, no arco de toda sua vida, sempre esteve aberta a esse dar de si. De modo especial sob a cruz, é-lhe exigido aquele sacrifício do qual, na última hora, fora poupado Abraão, isto é, a doação do próprio Filho, o Filho da promessa:

Assim avançou a Virgem pelo caminho da fé, mantendo fielmente a união com seu Filho até à cruz. Junto desta esteve, não sem designio de Deus (cfr. Jo.19,25), padecendo acerbamente com o seu Filho único, e associando-se com coração de mãe ao Seu sacrifício, consentindo com amor na imolação da vítima que d'Ela nascera; finalmente, Jesus Cristo, agonizante na cruz, deu-a por mãe ao discípulo, com estas palavras: mulher, eis aí o teu filho (cfr. Jo. 19, 26-27)(LG 58).

#### **4 MARIA É MÃE NA ORDEM DA GRAÇA**

A pureza de espírito com que uma criatura se entrega a Deus reverte-se em benefício das demais criaturas. Com efeito, “uma alma que se eleva na verdade eleva consigo o mundo inteiro” (Pauline-Elisabeth Leseur). A esse propósito, ensina o concílio:

Efetivamente, nenhuma criatura se pode equiparar ao Verbo encarnado e Redentor; mas, assim como o sacerdócio de Cristo é participado de diversos modos pelos ministros e pelo povo fiel, e assim como a bondade de Deus, sendo uma só, se difunde variamente pelos seres criados, assim também a mediação única do Redentor não exclui, antes suscita nas criaturas cooperações diversas, que participam dessa única fonte (LG 62).

Nós, criaturas livres, já que temos a autonomia para dar-nos a Deus, podemos, nessa mesma medida, colaborar com o projeto salvífico de Deus, projeto que se entende a toda a humanidade. Quem se doa a Deus, doa-se, assim, à humanidade que ele quer salvar. Cada um de nós, nesse sentido, pode tornar-se, de alguma maneira, cooperador da graça, embora Jesus Cristo seja o único verdadeiro mediador, uma vez que só ele, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, faz a ponte entre a divindade e a humanidade.

Dado que o vínculo de Maria com a missão de seu Filho é singular, dado que a fé e a caridade com que se doou a Deus é especial, a Virgem tornou-se, desse modo, **cooperadora singular ou especial de Deus em benefício da humanidade, cooperadora de Cristo em benefício da Igreja**. E, nesse sentido, o concílio a honra como “mãe na ordem da graça” (LG 61). A existência imaculada de Maria é uma **pró-existência**, uma existência em favor dos demais membros da Igreja, pois quanto mais somos puros diante de Deus, tanto mais nos tornamos veículo da graça para os outros. Aqui se funda o papel de intercessora de Maria, e a missão de mãe dos membros de Cristo. Nesse sentido, o Papa Paulo VI, ao promulgar a Constituição *Lumen Gentium* sobre a Igreja (1964), proclamou-a **Mãe da Igreja**. Na medida em que Maria colabora com a regeneração dos homens por obra de Cristo, ela exerce sua maternidade “na ordem da graça” não só em relação a quem já está incorporado à Igreja, mas, de alguma maneira, em relação a toda humanidade, que é chamada a receber a graça de Deus.

A maternidade espiritual de Maria convida a Igreja a uma verdadeira entrega a Cristo: “Esta função subordinada de Maria, não hesita a Igreja em proclamá-la; sente-a constantemente e inculca-a aos fiéis, para mais intimamente aderirem, com esta ajuda materna, ao seu mediador e salvador” (LG 62). Na verdade, todo culto que se deve a Maria por causa de sua posição única na Igreja e no projeto de Deus,

é um ato que, por sua natureza, não pode parar em Maria. A Virgem imaculada é sempre transparência. Ela nos leva a uma adesão mais firme a Cristo e a Deus.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves reflexões aqui apresentadas mostraram que o Concílio Vaticano II abriu uma perspectiva nova e ao mesmo tempo antiga sobre a consideração de Maria no mistério cristão.

O concílio resolveu tratar de Maria dentro da constituição sobre a Igreja para ressaltar, assim, que Maria está do lado da humanidade que recebe a graça divina, obra da iniciativa do próprio Deus. Maria é criatura e, nesse sentido, é, em primeiro lugar, alguém que recebe de Deus. É, com a Igreja inteira, convocada pela Palavra a constituir-se membro do Povo de Deus.

Entretanto, uma vez que Maria correspondeu de forma livre e dinâmica à graça recebida, ela associou-se de modo singularíssimo à obra de seu Filho ao dizer sim ao projeto de Deus, não só na Anunciação, mas também durante o ministério de seu Filho e, especialmente, durante o mistério pascal. Nessa mesma medida, Maria tornou-se exemplar da Igreja e colaboradora da Trindade, veículo da graça para a Igreja e para a humanidade, de modo que podemos chamá-la, com propriedade, de nossa mãe. Com efeito, o papel de tipo ou exemplar da Igreja exercido por Maria estimula a Igreja a nascer e renascer constantemente para Cristo e para Deus. Em Maria a Igreja vê o que deve ser segundo a ordem da fé e da caridade. E, mais especificamente, em Maria a Igreja já é aquilo que é chamada a ser na consumação do desígnio de Deus, isto é, esposa sem mancha e sem ruga, pois, afinal, Maria também é Igreja.

## MARY, TYPE OF THE CHURCH, MODEL IN THE ORDER OF FAITH AND CHARITY AND OUR MOTHER

### ABSTRACT

The article analyzes Mary from chapter VIII of the Dogmatic Constitution *Lumen Gentium*. It initially proposes to present the debates regarding the place of Mary in the Christian mystery, presenting the positions of the conciliar priests and the conclusions generated by the debates of the theme. In a second moment, it highlights the faith and the charity in Mary, emphasizing the resignation of herself surrendering to God through her Son, placing her as an exemplary type of faith. The Sacred Scripture is a source for this analysis, especially the writings of St. Luke the Evangelist and the letters of St. Paul. The article ends with the subtitle "Mary is mother in the order of grace", a moment when Mary is analyzed as God's cooperator for the benefit of all humanity, and her worship is a path of firm adherence to Christ and to God. It concludes that the Vatican Council, by associating Mary in a singular way with the work of her Son and saying yes to the plan of God, brought a perspective both new and ancient on the considerations of Mary in the Christian mystery.

Key words: Mary. Faith and Charity. *Lumen Gentium*. Christian mystery.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio José de. *Lumen Gentium*: a transição necessária. São Paulo: Paulus, 2005.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Nova Edição ver. E ampl. São Paulo: Paulus, 2002.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja**. Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html). Acesso em: 2 abr. 2017.

VON BALTHASAR, Hans Urs. **Maria**: icona della Chiesa. Milano: San Paolo, 2015.